

O novo Congresso na berlinda

Luiz Orlando Carneiro *



A discussão das últimas medidas provisórias que amarraram o chamado Plano Collor 2, como era inevitável, atinge, mais uma vez, o nervo exposto do relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lidera um grupo bem heterodoxo, de que faz parte a Fiesp, a CGT e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), contra a "orgia de medidas provisórias que coloca em risco a estabilidade da ordem jurídica".

No seu esforço de manter com a oposição possíveis *joint-ventures*, o governo — a julgar pelo que disse o presidente Collor ao prefeito de Manaus, Virgílio Neto — mostra-se disposto até a fazer um acordo com o PMDB, o PSDB e o PDT em cima do projeto de lei do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) limitando a faculdade ampla, geral e irrestrita do Executivo de baixar medidas provisórias.

Só que o Congresso vai ter de aproveitar a atual *saison* política, o início da sessão legislativa, para criar um clima de entendimento com o governo, que os governadores eleitos — com exceção talvez dos representantes de alguns feridos estados do Nordeste — estão aparentemente dispostos a respirar. É relevante o fato de que o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, tenha vindo a Brasília em missão de paz, embora mantendo seu inegável *panache* de chefe de tribo.

A solução dada pelo governo Collor aos problemas dos bancos estaduais dos principais estados da Federação é uma referência fundamental, apesar das críticas feitas ao presidente na última reunião da Sudene da qual participaram os governadores nordestinos que estão deixando seus palácios.

O deputado Nelson Jobim tem algumas observações importantes neste momento em que só se pode buscar um pacto político-social através do Congresso e do complicado conúbio entre a Federação e o Legislativo.

Num "papel" que enviou a um recente debate promovido no Rio, o deputado-autor do projeto de lei restringindo a alcada do governo na edição de medidas provisórias reflete uma preocupação que já está sendo sentida na Câmara entre alguns dos novos parlamentares.

Em resumo:

- Os deputados federais têm imensas dificuldades de "pensar a nação".
- A Câmara é, no fundo, uma câmara dos estados da Federação, e não uma Assembléia Nacional.
- O futuro eleitoral do deputado federal depende, segundo o deputado Jobim, "exclusivamente, de sua performance como representante do estado".
- Mais ainda: Em consequência do sistema eleitoral, a direção do partido, que é julgada pelos resultados eleitorais que venha a obter, tem procedimentos específicos para a escolha dos candidatos às eleições proporcionais.

Tais procedimentos "específicos" são assim descritos pelo deputado Jobim:

"Em primeiro lugar, levam-se em conta categorias organizadas com poderio eleitoral (professores, policiais civis e militares, servidores públicos). Verifica-se, depois, a presença de candidatos chamados titulares de aparelhos (evangélicos, radialistas, apresentadores de televisão, jornalistas). Finalmente, a lista é julgada através do prisma regional".

Daí a pergunta final do deputado Jobim: "Como pretender que esses personagens possam pensar o Brasil, cuja solução de seus problemas impõe sacrifícios a estados, regiões e categorias? Como pretender que o clientelismo regional não seja o parâmetro maior para a formulação orçamentária? Como pretender que as corporações não invadam o Parlamento para assegurar privilégios e vantagens?".

O novo Congresso tem o dever de lutar para manter suas prerrogativas. Mas tem a obrigação de, como diz o deputado Jobim, pensar mais na nação, e menos em suas regiões e nos seus feudos. E começar logo a discutir a reforma do sistema eleitoral, antes que uma nova eleição venha por aí.

* Diretor-regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília